



Opiniões
de Acadêmicos
Brasileiros
sobre a China

Brazilian Scholars'
Views on China

Tiejun Gu
Organizador


UFRGS
EDITORA



Instituto
Confúcio
UFRGS



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro R. C. Merlo

Augusto Jaeger Junior

Enio Passiani

José Rivair Macedo

Lia Levy

Márcia Ivana de Lima e Silva

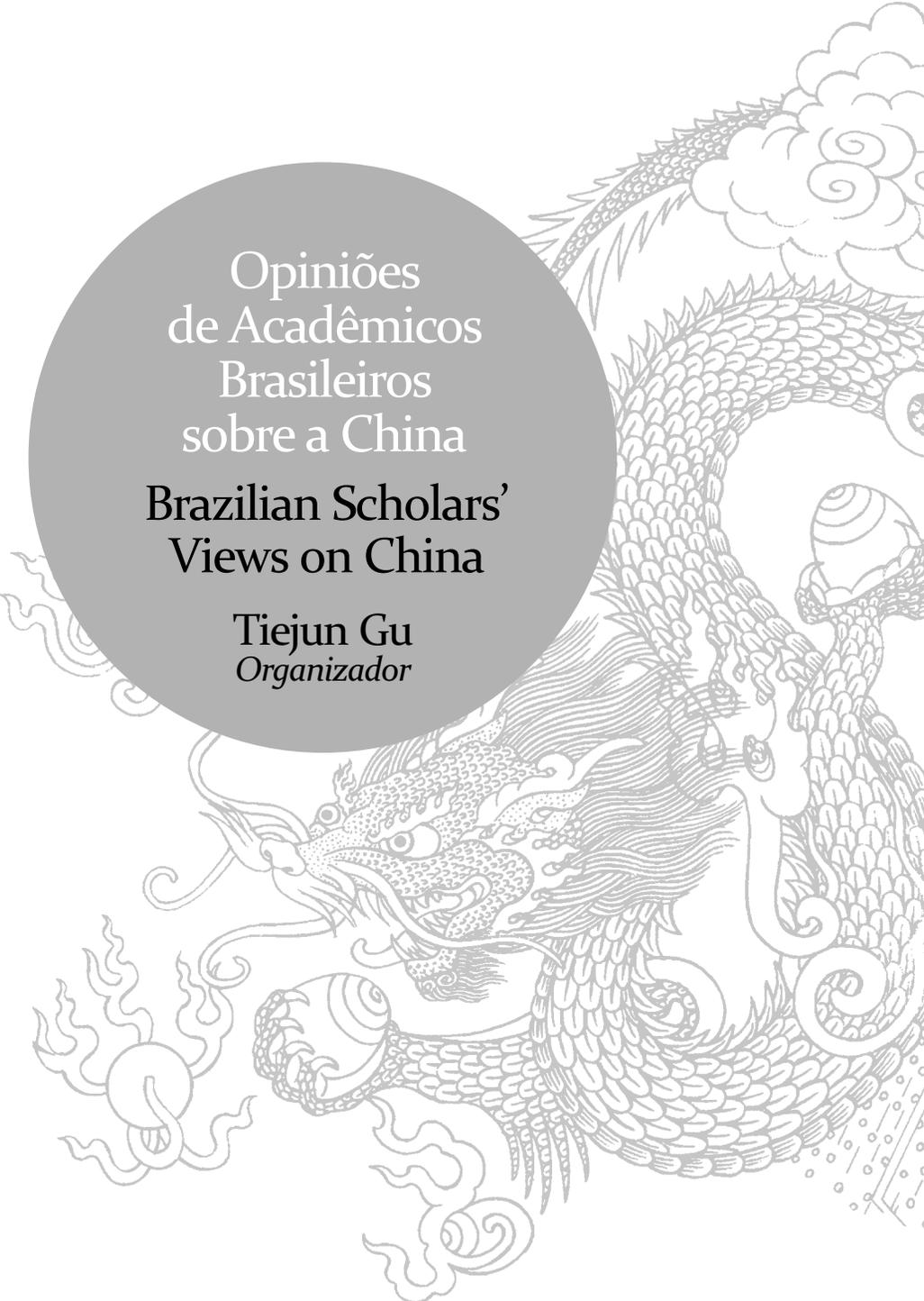
Naira Maria Balzaretto

Paulo César Ribeiro Gomes

Rafael Brunhara

Tania D. M. Salgado

Alex Niche Teixeira, presidente



Opiniões
de Acadêmicos
Brasileiros
sobre a China

**Brazilian Scholars'
Views on China**

Tiejun Gu
Organizador

© de Tiejun Gu e Antonio Domingos Padula
1ª edição: 2019

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Carlos Batanoli Hallberg



O618 Opiniões de acadêmicos brasileiros sobre a China = Brazilian scholars' views on China / organizador Tiejun Gu. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Confúcio UFRGS, 2019.
328 p. il. ; 16x23cm

Textos em português e inglês.

Inclui figuras, mapas e quadros.

Inclui referências e apêndices.

1. Relações Internacionais. 2. Política externa. 3. Relações bilaterais – Brasil – China. 4. Relações econômicas – China – América Latina. 5. Economia – China. 6. Investimentos China – Brasil. 7. Desenvolvimento econômico – China. 8. Língua chinesa. I. Gu, Tiejun.

CDU 327(81:510)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0499-0

INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL
NO SETOR DE ENERGIA: POTENCIAL
COOPERATIVO E IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS

Bruno Kern Duarte
Marco Cepik



O debate sobre as implicações políticas do crescimento econômico chinês é um dos mais importantes do começo do século XXI. Para o Brasil, é fundamental entender como a China irá se relacionar com nosso país nos próximos anos. Há três ordens de incerteza que afetam mais diretamente a percepção brasileira. A primeira é sobre a evolução e o próprio funcionamento do sistema político da República Popular da China (Duarte, 2014). A segunda é sobre como Pequim traduzirá seu poder econômico em termos políticos mais agregados (Ferchen, 2017). E a terceira é sobre a condução da política econômica e diplomática com a América Latina, contexto mais imediato das relações sino-brasileiras (China, 2016).

Nos últimos anos, a posição relativa da China no sistema internacional vem mudando de maneira muito rápida. Há autores (Li, 2014; Zhang, 2014; Zhang, 2016) que destacam como causa a política externa do grupo político que chegou ao poder junto com Xi Jinping. Claro que as orientações de cada governo fazem diferença, mas trata-se também de uma mudança estrutural, na qual a China procura se adaptar a um novo papel internacional como grande potência de relevância global. Seja qual for a combinação entre intencionalidade e adaptação, uma das reorientações mais relevantes feitas pela China no período mais recente foi no campo de economia política internacional. Principalmente, a tentativa de reposicionar suas reservas externas enquanto investe na parceria de longo prazo com seus parceiros na América do Sul (Cunha; Bichara; Lelis, 2013).

Bruno Kern Duarte é mestrando na Universidade de Peking.

Marco Cepik é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Neste texto, mesmo reconhecendo os três tipos de incerteza, discutiremos um aspecto das relações bilaterais, qual seja, o dos vultosos investimentos chineses no setor energético brasileiro nos últimos anos. Como se sabe, o crescimento econômico chinês das últimas décadas aumentou enormemente a demanda por recursos e, conseqüentemente, fez com que o país buscasse novas formas de suprir essas necessidades (ANP, 2014). O setor energético é um dos setores nos quais esta mudança foi mais importante, inclusive por tratar-se de um setor com impacto muito significativo na política externa da China, pois abrange questões econômicas, geopolíticas e securitárias (CUI, 2016).

Motivação e perfil dos investimentos chineses no Brasil

A combinação entre demanda chinesa por matérias primas e abundantes recursos naturais brasileiros propiciou a base para a parceria econômica entre os dois países. Além disso, ao longo das últimas décadas a política externa dos dois países esteve alinhada em diversas questões. Desta forma, a parceria entre ambos se consolidou e tornou-se mais abrangente. Já em 2006, a Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional da China e o Ministério de Relações Exteriores do Brasil assinaram um Memorando de Entendimento para a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alta Cooperação, com o objetivo de servir de plataforma intergovernamental para cooperação (MRE, 2009).

Naquela instituição foi estabelecido um subcomitê de energia e mineração para que a velocidade e qualidade da cooperação fosse melhor nessas áreas. Dentre os diversos modelos para a cooperação chinesa com o Brasil na área de energia, o modelo de maior sucesso até agora é o de empréstimos-por-petróleo. A base para esse negócio é a estrutura de financiamento na qual os recursos providos por um país credor estrangeiro, a China neste caso, é paga por um contrato de venda de petróleo de longo prazo em que parte do empréstimo é paga retirando certa margem na venda do óleo. O Brasil e a China se beneficiaram desta parceria, já que os brasileiros estavam precisando de financiamento relativamente barato

no curto prazo e os Chineses buscavam uma cobertura financeira para as importações de petróleo no longo prazo (Cui; Miranda, 2016).

Em 2015, a Petrobras e o Banco de Desenvolvimento chinês assinaram um acordo de cinco bilhões de dólares para garantir a cooperação financeira e energética na área de petróleo (Bustelo; Cariello; Frago, 2016). Além disso, como se pode ver no Gráfico 1, a comparação entre diferentes setores mostra o grande valor do investimento do país asiático no Brasil na área energética entre 2007 e 2013, incluindo energia solar, petróleo e gás e energia elétrica (geração e distribuição). Outros setores que também tiveram um investimento sólido foram a indústria automobilística, de eletrônicos, e o setor bancário, acompanhando a tendência mais geral de internacionalização de empresas chinesas e o tamanho do mercado brasileiro (Demeulemeester, 2015).

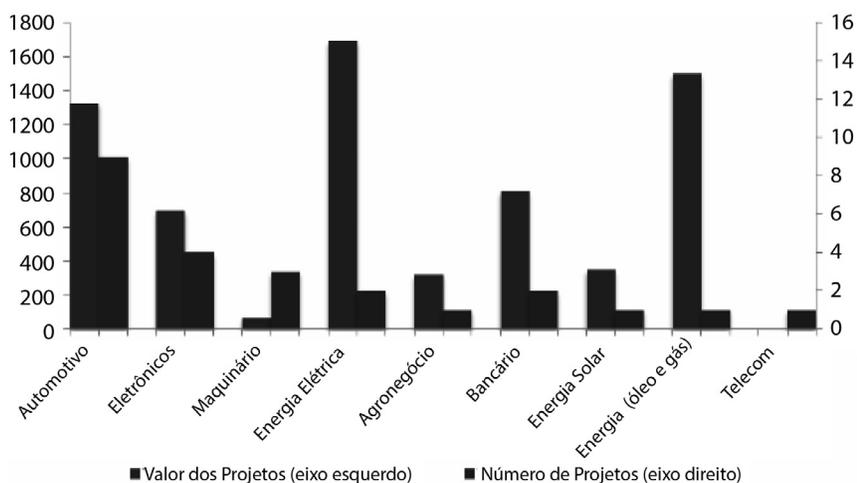


Gráfico 1 – Projetos Bilaterais China-Brasil por Setor (2007-2013)

Fonte: Demeulemeester (2015).

Além dos investimentos focados em petróleo e gás, pode-se destacar que o setor de energia elétrica teve uma grande participação de investimentos por empresas chinesas (Macedo, 2013). Tais inversões foram focadas principalmente em aquisições de participações em plantas

hidroelétricas e linhas de distribuições em todo o Brasil. A empresa estatal chinesa State Grid foi a que fez investimentos mais vultosos, tendo adquirido sete empresas de transmissão elétrica no Brasil e estabelecido uma empresa subsidiária no Brasil, com investimento inicial de três bilhões de reais. Em 2011, quando a Usina de Belo Monte começou a ser construída na Amazônia, tornando-se em breve a terceira maior hidroelétrica do mundo e a segunda maior do Brasil, a State Grid aproveitou a oportunidade para participar da operação de construção das linhas de transmissão de Belo Monte até a região sudeste. Em 2012, a State Grid fez outro grande investimento comprando mais linhas de transmissão por 750 milhões de dólares.

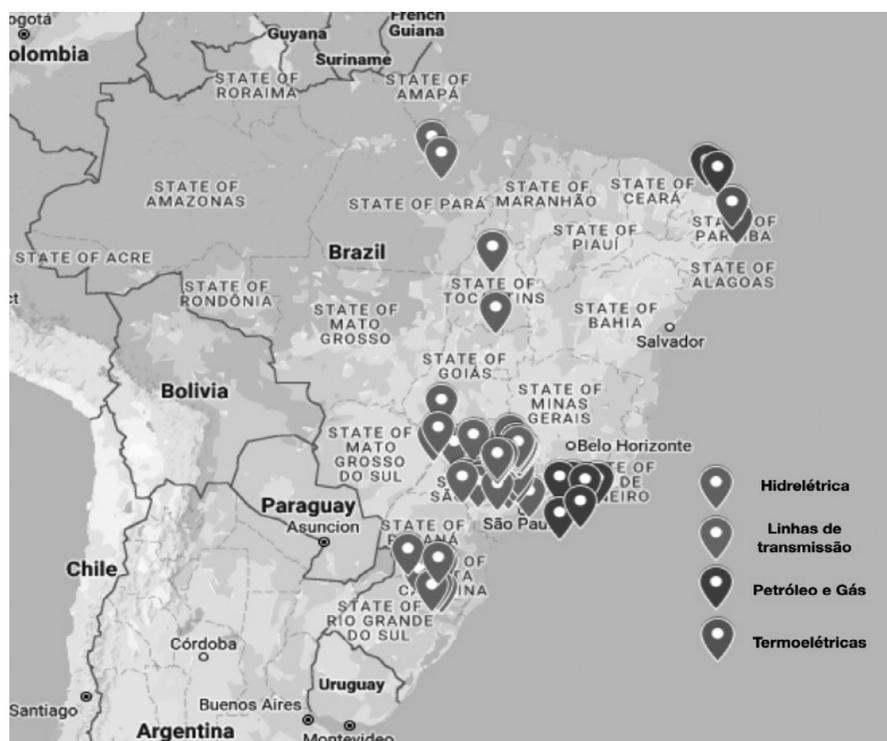
Outra empresa chinesa que vem participando fortemente na onda de investimentos no Brasil é a Three Gorges Corporation (CTG), que comprou por 500 milhões de dólares participação de 50 % em duas plantas hidroelétricas. Em 2014, a CTG adquiriu 49 % na participação de onze campos de energia eólica e comprou por 400 milhões de dólares uma empresa brasileira que controlava diversas pequenas hidroelétricas e linhas de distribuição no sul e sudeste do país. Além disso, o maior investimento da empresa foi em 2015, quando compraram 100 % da participação em duas grandes hidroelétricas, Jupia e Solteira, por 3,7 bilhões de dólares.

Paradoxalmente, os atuais tomadores de decisões brasileiros afirmam procurar atrair investimentos estrangeiros como forma de retomada do crescimento, inclusive modificando a legislação de apoio ao conteúdo nacional e de reservas estratégicas de mercado, ao mesmo tempo em que demonstram “preocupação” com o nível de investimento chinês no setor de energia. Ou seja, se os investimentos fossem europeus ou norte-americanos aparentemente não haveria problema (Viscidi, 2015).

Ora, a lógica dos fundos de investimentos estatais chineses que administram parte dos investimentos chineses na América Latina e Brasil priorizaram o setor energético exatamente porque este apresentou risco menor do que outras áreas em que os fundos chineses já investiram no Brasil (World Bank, 2016). Embora os retornos sejam relativamente me-

nores do que potencialmente poderiam ser se fossem alocados em outras atividades, como eles estão em grande parte administrando as reservas chinesas, é necessário um foco menor na diminuição do risco do que na possibilidade de altos retornos.

Na verdade, em outras áreas (como o setor agrário) as empresas chinesas já tiveram retornos negativos no Brasil, principalmente em decorrência da dificuldade para se adaptar ao ambiente político e regulatório brasileiro. Este foi o caso do Grupo COFCO, empresa estatal chinesa que atua na área do processamento, fabricação e comércio de alimentos. Ainda assim, no Mapa 1 se pode ver a diversidade de tipos e locais de investimentos chineses no Brasil em anos recentes (AIE, 2017).



Mapa 1 – Investimento Chinês no Brasil (2007-2015)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se pode ver, os investimentos chineses concentram-se principalmente no sudeste, região mais populosa e mais vibrante economicamente. Os pontos laranjas no estado de São Paulo são uma consequência da compra da principal empresa de linhas de transmissões daquele Estado.

Segurança energética na China e a cooperação com o Brasil

Do ponto de vista chinês, o investimento no setor energético brasileiro tem implicações positivas, ainda que indiretas, para a segurança daquele país. Ainda hoje, a China tem como sua principal fonte de energia o carvão, a qual não é sustentável no longo prazo.

E o Brasil é um dos países dos quais os chineses mais importam petróleo, atrás apenas da Rússia, Arábia Saudita, Angola, Omã, Iraque e Irã. Alguns destes países, como é o caso da Rússia, Irã e Angola, atualmente são mais próximos politicamente da China, mas nem sempre foi assim até um passado bastante recente. Outros países, como a Arábia Saudita, Iraque e Omã, tem relações muito próximas com os Estados Unidos da América (EUA) e, caso a relação entre chineses e estadunidenses fique mais tensa no futuro, Pequim pode ter problemas para importar hidrocarbonetos daqueles países (Fritschak; Soares; O’Conor, 2014).

Ao longo das próximas décadas, o mundo passará por importantes mudanças em termos da sua composição demográfica, meio ambiente, tecnologia e matriz energética. Transições globais cujas consequências e configuração final estão além do controle de qualquer ator, por mais poderoso que seja. No entanto, governos, empresas e pessoas continuarão interagindo, cooperativa e conflitivamente, para tentar obter soluções satisfatórias para seus problemas. No caso da República Popular da China, um país com 1,3 bilhão de pessoas atualmente, supondo que a economia do país continue crescendo, o consumo de energia *per capita* também continuará crescendo nas próximas décadas. Neste sentido, a garantia de um suprimento energético adequado é um imperativo de segurança prioritário para a China.

Neste sentido, os investimentos chineses em segurança no exterior são pautados sempre por considerações econômicas e políticas em proporções semelhantes. Em contraste, o ambiente de negócios brasileiro é caracterizado por incerteza econômica, bem como por falta de consenso e clareza quanto aos objetivos estratégicos do país. Nos próximos anos, para que ambos os países possam se beneficiar mutuamente de maneira mais equilibrada, as implicações políticas dos investimentos precisam ser melhor compreendidas e equacionadas evitando mal-entendidos e assimetrias excessivas. Mesmo com as complicações e problemas políticos, a cooperação energética entre ambos os países tem sido dinâmica o suficiente para suscitar sua continuidade no futuro.

Em 2015, por exemplo, ainda no contexto do primeiro encontro da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), foi acordado o Plano de Cooperação China-Celac 2015-2019. A proposta prevê seis campos prioritários de cooperação, dos quais a energia era o principal (Cui; Miranda, 2016). Para avançar, a cooperação dependerá do governo e da burocracia brasileira conhecerem melhor o sistema político e a dinâmica corporativa na China. Por outro lado, as empresas e também as autoridades chinesas precisarão conhecer melhor o sistema político, bem como a legislação comercial e ambiental no Brasil. Neste sentido, o novo escritório em São Paulo do China Council for the Promotion of International Trade (CCPIT) foi um passo relevante. Para as companhias que trabalham em petróleo e gás isto seria ainda mais importante, já que os impactos negativos ambientais dessas empresas são potencialmente maiores. As diferenças culturais e institucionais entre os dois países são grandes, mas não intransponíveis.

Conclusão

Os investimentos chineses no setor energético brasileiro nos últimos anos foram muito significativos (80 % do total em 2016). As relações econômicas e sino-brasileiras crescerão de importância nas próximas décadas, mas elas continuam sujeitas às dinâmicas internas de cada país, ao contexto

global, bem como dependem de outros atores, principalmente das relações bilaterais de ambos (Brasil e China) com os Estados Unidos. A recessão econômica e a crise institucional no Brasil criaram diversas incertezas quanto ao alcance e benefício mútuo da cooperação sino-brasileira (World Bank, 2016). Não obstante, a eventual retomada do crescimento econômico brasileiro demandará investimentos diretos estrangeiros ainda maiores. E, de fato, o Brasil é um país com grandes recursos naturais. Por sua vez, os investimentos chineses no Brasil atendem a cálculos econômicos e modelos de negócios, mas também aos objetivos estratégicos de Pequim na área de segurança energética. Portanto, para além da compra e venda de ativos, o que está em jogo é o futuro dos povos.

Referências

AIE. *China global investment tracker*. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker>. Acesso em: 2 out. 2017.

ANP. *National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels Statistical Yearbook 2014*. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/SITE/acao/download/?id=73192>. Acesso em: 2 out. 2017.

BUSTELO, S.; CARIELLO, T.; FRAGOSO, G. *Investimento chinês no Brasil*. Brazil-China Business Council. 2016.

CHINA, *Peoples Republic of China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. Beijing: Ministry of Foreign Affairs, 2016.

CUI, S. China's New Commitments to LAC and Its Geopolitical Implications. In: PEREZ GARCIA, M. *China and Latin America in transition*. [S.l.: s.n.], 2016.

CUI, S.; MIRANDA, O. Framing sino-brazilian energy cooperation: perspectives from China. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 2016.

CUNHA, A.; BICHARA, J.; LELIS, M. América Latina y el Ascenso de China: una perspectiva desde Brasil. *América Latina Hoy*, 2013.

DEMEULEMEESTER, Julien. *Deja vú: Brasil e a renascença da dependência história motivada pela ascensão chinesa*. Dissertação (mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147462?show=full>.

DUARTE, B. K. *O sistema político da China: desafios para a institucionalização*. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FERCHEN, M. *China, economic development, and global security: bridging the gaps*. Carnegie-Tsinghua: Center for Global Policy, 2017.

FRITSCHAK, C.; SOARES, A.; O'CONNOR, T. *Chinese investments in Brazil from 2007-2012: review of IEA International Energy Agency*. London: World Energy Outlook, 2013.

LI, C. *Xi Jinping's inner circle - series*. China Leadership Monitor. 2014-2015.

LIU, J. *A new model for chinese overseas investment*. Project Syndicate. 2017.

MACEDO, M. *Analysis of bidding round until 2013: perspectives to oil exploration until 2020*. National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels, 2013.

MRE. *Plan for Joint Action between the Federative Republic of Brazil and the People's Republic of China, 2010-2014*. Brasília: Ministry of Foreign Relations, 2009.

VISCIDI, L. *Energy and politics in Brazil: a retreat from oil nationalism*. Harvard Review of Latin America. 2015

WORD BANK. *Data of Brazil*. 2016. <http://data.worldbank.org/country/brazil>.

ZHANG, Q. Bureaucratic politics and chinese foreign policy-making. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 9, p. 435-458, 2016.

ZHANG, Q. Toward an integrated theory of chinese foreign policy: bringing personality back in. *Journal of Contemporary China*, v. 33, n. 89, p. 1-21, 2014.